

A CONSTRUÇÃO VERBAL OBSERVADA NA PRODUÇÃO DISCURSIVA NO JORNAL “O BOM LADRÃO” COMO DENUNCIADORA DO DISCURSO ULTRAMONTANO¹

(The verbal construction observed in the discursive production in the newspaper “O Bom Ladrão” as a denouncer of ultramontane discourse)

Laila Hamdan²

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

ABSTRACT

This study focuses on the analysis of the model discourse of the ultramontane ideology in corpus of the newspaper “O Bom Ladrão”, and the establishment of predicative relations in this discursive space. The verbs present behavior related to the discursive production according to the intentionality of the enunciator, consubstanciando in linguistic phenomenon fluid imbricated with the discursive organization and, therefore, denunciator of information that contribute to the (re) construction of the memory. For the analysis, the theories related to the study of discourse were adopted, showing itself in the linguistic and identity practices constructing the cultural and discursive memory of the Marian region. It was verified by the analyzes the region as privileged locus of ultramontane thought in Brazil.

Keywords: *Ultramontane speech. Discursive memory. Language practices. Predicative relations.*

RESUMO

Este estudo tem como foco a análise do discurso modelar do ideário ultramontano em corpus do jornal “O Bom Ladrão”, e o estabelecimento das relações predicativas neste espaço discursivo. Os verbos apresentam comportamento relacionado à produção discursiva de acordo com a intencionalidade do enunciador, consubstanciando-se em fenômeno linguístico fluido imbricado com a organização discursiva e, portanto, denunciador de informações que contribuem para a (re)construção da memória. Para análise, foram adotadas as teorias relativas ao estudo do discurso, mostrando-se nas práticas languageiras e identitárias construtoras da memória cultural e discursiva da região Mariana. Comprovou-se pelas análises a região como lócus privilegiado do pensamento ultramontano no Brasil.

Palavras-chave: *Discurso ultramontano. Memória discursiva. Práticas languageiras. Relações predicativas.*

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe a análise do discurso presente no ideário ultramontano, considerando como *corpus* o jornal “O Bom Ladrão”³, e o estabelecimento das relações predicativas e de pessoa / verbo neste espaço discursivo. A pergunta geradora organizou-se na construção dos enunciados do jornal que remetessem ao pensamento ultramontano, em

¹ Pesquisa de estágio pós-doutoral realizada na Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP – Mariana – Minas Gerais, Brasil, com a supervisão do Prof. Doutor William Menezes.

² Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. Pós-doutora pela Universidade Federal de Ouro Preto; Doutora e Mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente atua como professora designada da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG.

³ Este jornal circulou de 01 de outubro de 1873 a 30 de abril de 1878, caracterizando-se como periódico religioso, literário e noticioso e tinha como único redator o Padre Silvério Gomes Pimenta e como administrador o Padre João Baptista Caldeira.

Mariana, no final do século XIX. (OLIVEIRA; MARTINS, 2011). Adota-se que os verbos assumem comportamento relacionado à produção discursiva de acordo com a intencionalidade do enunciador, ou seja, a construção verbal é fenômeno linguístico fluido relacionado ao discurso, portanto, denunciador de informações que contribuem para a organização / reconstrução da memória e, conseqüentemente, das práticas discursivas, reflexos do pensamento naquele momento histórico-social.

Objetivou-se, além de identificar a construção discursiva relacionada às ideias ultramontanas, observar os verbos e sua construção linguística e analisá-los em perspectiva discursiva que levasse às práticas languageiras e identitárias relacionadas à memória cultural e à memória discursiva da região, locus privilegiado do pensamento ultramontano no Brasil. Neste espaço, analisou-se a relação de pessoa como índice gramatical do verbo e sua relação com o discurso ultramontano, ou seja, às práticas languageiras constitutivas da memória da região “espaço cultural privilegiado, enquanto patrimônio da humanidade”⁴. Os estudos discursivos caminham para percepções que incorporam e trazem para si o olhar do espaço e do tempo em que se construíram como representações da memória.

Os processos que se relacionaram à construção deste estudo estabeleceram-se em pesquisa de natureza qualitativa na medida em que se instala em múltiplos olhares sobre a realidade observada. O material consolida-se em pesquisa de ordem documental, e o modo de trabalho se caracterizou como de levantamento de dados. Justifica-se a escolha do suporte pelas palavras seguintes de Hamdan (2006, p.15): [nos jornais] “se constata a não-marcação das variações regionais, comprovando a existência de um português padrão.(...) Portanto, comungamos aqui com Perini (1993) na eleição destes como um dos modelos adequados para a descrição da norma padrão”. Daí, explica-se a escolha do gênero⁵ e do suporte para observação de temas referentes ao discurso. Há necessidade de neutralização de regionalismos e, portanto, a “pretensa” uniformidade regional favorece a observação. E mais, se são textos escritos em norma padrão (desconsiderando-se aqui as polêmicas relativas ao conceito), as marcas do discurso ultramontano e como se organizam tornam-se menos opacas. Assim, a partir dos fundamentos teóricos e de trechos do jornal, elaborou-se a análise pretendida.

1 O DISCURSO E A CONSTRUÇÃO PREDICATIVA

⁴ Disponível em <www.gedem-ufop.com> Acesso em 14-02-2016

⁵ Não se considerem os vários gêneros presentes no jornal, mas que todos fazem parte de uma estabilidade na comunicação discursiva formalizada nos textos do jornal analisado.

A pesquisa fundou-se em teorias relacionadas ao discurso ultramontano e ao estabelecimento da relação predicativa. Assim consideraram-se os estudos do discurso, da predicação verbal, além daqueles acerca do ideário ultramontano. Especificamente em estudos da enunciação, da análise do discurso, do imbricamento discurso/sociedade/ história, e dos que se estabeleceram a partir do tema “movimento ultramontano”.

Benveniste (1995) considera a língua como instrumento de análise da sociedade consubstanciando-se em elemento para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência. Além disso, dá forma à sociedade ao exhibir o semantismo social, que consiste, principalmente, de designações, de fatos de vocabulário, isso porque “é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre (...) o poder fundador da linguagem, que instaura a realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu”. (p.27), uma vez que tudo ganha existência pela língua.

Sendo assim, é pelo exercício da linguagem que o homem constrói sua relação com a natureza e com os outros homens, portanto, língua e sociedade não podem existir uma sem outra. Cita-se, como marco desta abordagem, Ernesto Carneiro Ribeiro (1955, p. 362): “Cada elemento gramatical do discurso recebe um nome especial; este, porém, é apelidado verbo, isto é, palavra (do vocábulo latino *verbum*), por ser a palavra por excellencia. O verbo é, pois, a vida e a alma do discurso”. Por isso, o verbo observado no discurso assume relevância, uma vez que se espera revelador de caracterizações discursivas que refletiram as representações sociais e culturais da região em foco.

Os aspectos situacionais mostram-se relevantes, uma vez que todo fato linguístico está inserido na interface do mundo exterior objetivo e do mundo subjetivo interior. (HAM DAN, 2006, p.15) e a possibilidade predicativa dos verbos aparece na construção dos enunciados, pois, mesmo relacionada à base semântica, pode ser estabelecida pelo contexto e estabelecer este contexto, onde se percebem e se confirmam ou não nuances de sentido e de uso, instalando-se, por vezes, por fatores psicossociais. Dessa forma, a predicação se mostra associada à função discursivo-comunicativa, selecionando relações nucleares ou essenciais, marginais ou periféricas, ou seja, fatores discursivos e seleção predicativa das formas verbais estão imbricados em relações cotextuais e contextuais. Nesse caminho, adotaram-se pesquisas relativas à construção verbal, porque o verbo faz parte de “aparelho formal da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p. 81).

A enunciação, o colocar a língua em funcionamento como ato individual, toma a língua como instrumento considerando os caracteres linguísticos que estabelecem essa

relação, porque “antes da enunciação a língua não é senão possibilidade de língua”. (BENVENISTE, 1989, p. 83). O locutor se apropria do aparelho formal da língua de acordo com seu posicionamento como tal, de acordo com “índices específicos e procedimentos acessórios” empregando-a para a expressão de sua relação com o mundo. Nessa ideia, configurou-se a possibilidade de reconstrução da memória, destacadamente, representativa da ideologia ultramontana.

E como enunciador, o homem constitui sua subjetividade, portanto, é na/pela linguagem que se determina o *status* linguístico da “pessoa”. “A linguagem ensina a própria definição do homem” (BENVENISTE, 1995, p. 285-6), não possibilitando o estudo das formas linguísticas independentemente ou desconectadas da linguagem, porque é a linguagem que as habilita à proposta comunicativa, sendo possível apenas na medida em que cada locutor se propõe como sujeito, formando-se o *eu* no discurso. E esse *eu* é, da mesma forma, também formador do discurso, em todas as suas imbricações sociais e históricas, comprovando-se que, ao se observar o discurso, chega-se ao homem e, conseqüentemente, à sociedade em que está inserido. Com seus valores, com suas ideias, com seus pensamentos, com suas vontades e expectativas.

Relativamente às formas verbais, o comentário de Benveniste (1995, p. 290-1) informa que, superficialmente, a diferença na flexão de pessoa não ocasiona mudança de sentido na forma verbal, apresentando uma descrição de uma ação. Porém, há verbos que escapam a essa permanência de sentido, são aqueles que denotam disposições ou operações mentais (eu sinto = descrição / eu creio = afirmação mitigada), em que a simetria formal é completa, porém: “A operação de pensamento não é absolutamente o objeto do enunciado; je crois (que) equivale a uma afirmação mitigada. Ao dizer je crois (que...) converto numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, *le temps va changer*, que é a verdadeira proposição”. (1995, p. 291) Reiterando, a verdadeira proposição do enunciado não se situa na forma pessoal do verbo indicadora da subjetividade, ou seja, dá à proposição que se segue a caracterização da atitude do locutor em face do enunciado que ele profere.

Assim, consegue-se perceber que, para além da indicação da flexão indicativa de pessoa e número informada pela desinência número-pessoal, há informação acerca do enunciador imbricado em ação discursiva; como pode ser visto em certos verbos de palavra (denotam um ato individual de alcance social: jurar, prometer, garantir, certificar, alistar-se, empenhar-se em), em que mudanças podem ser percebidas. “Enquanto **je jure** é um compromisso, **il jure** é apenas uma descrição, no mesmo plano de **il court**, **il fume** [= “ele corre, ele fuma”]. (...) Vê-se aqui, em condições próprias dessas expressões, que o mesmo

verbo, segundo seja assumido por um “sujeito” ou esteja colocado fora da “pessoa”, toma um valor diferente”. (BENVENISTE, 1995, p. 292). E, por meio dessa constatação, chega-se à possibilidade de reconstruções do homem, da memória, da história.

Os estudos do discurso, dessa feita, permitem a saída do nível linguístico chegando-se às constituições históricas e da memória pensadas como práticas discursivas. As escolhas verbais, mais do que meramente informar um sentido, trazem o compromisso do enunciador com o seu discurso. É possível assim, confirmar a linguagem como instância que permite articular os processos históricos aos fenômenos linguísticos, porque o homem é reconhecido por sua capacidade de significar e significar-se, e a linguagem é encarada como mediação necessária. (MUZZI, 2011)

Muzzi, referindo-se a Courtine, ainda destaca que o discurso realiza-se no interior de um feixe de relações entre língua e história, relações que se estabelecem entre a memória e a produção e circulação do discurso, o que não deve ser limitado à busca de frases ditas no passado. Trabalhar com memória é debruçar-se sobre o implícito que se estrutura sobre “um imaginário que o representa como memorizado.”, ou seja, os estudos sobre o tema não devem tratar a memória como depósito de informações antigas, aleatórias e dispersas. E mais, agora referindo-se a Achard e Foucault, “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. A enunciação, então, deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam o encargo, quer dizer a retomada e a circulação do discurso”. E o enunciado pode ser pensado “inserido na rede da história, que o constitui e ao mesmo tempo o determina.” (MUZZI, 2011, p. 139)

Dessa forma, a autora reforça que trabalhar com os domínios da memória é naturalizar as relações sócio-históricas e perceber os sentidos, porque não há enunciado geral, livre, neutro e independente, mas sempre fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo em jogo enunciativo.

Também para Gregolin (2007), as práticas discursivas constituem dispositivos identitários e a partir de trajetórias e redes de memórias são produzidas subjetividades, permitindo o entendimento das escolhas temáticas em dado momento histórico e a reconstrução do “espírito de uma época”. E mais, referindo-se a Pêcheux (1997), a autora reitera que a discursividade é um acontecimento, por isso o estudo do discurso deve ser a interdiscursividade, as redes de memória que produzem sentido em um momento histórico, porque todo discurso apresenta filiações sócio-históricas de identificação. Dessa forma, chega-se à realidade de que os estudos discursivos não perdem de vista as condições nas quais

se realizam os enunciados (da linguagem e da história). O discurso, então, emerge em relação ao domínio de memória, em posições possíveis para o sujeito, como materialidade repetível.

Destaque-se que a linguagem na sua constituição deve ser percebida como parte das representações dos indivíduos no cotidiano de suas interações. Assim, a construção verbal como elemento constitutivo da linguagem é, portanto, denunciadora das representações dos indivíduos no cotidiano de suas práticas languageiras. Com palavras de Menezes e Santos (2015, p. 7), “a memória passa a constituir-se um objeto importante para os estudos discursivos, evidenciando vínculos entre os usos da linguagem e as práticas sociais no tempo e no espaço”, confirmando que a materialidade discursiva contribui para o conhecimento do espaço social, cultural e humano, por meio de “acontecimentos discursivos escritos” (op. cit. p. 22). A questão identitária molda-se nas estratégias do sujeito que toma a palavra e, por meio dela, deixa uma marca de si, como registro da fala (ou escrita) no passado. (op.cit. p. 23). Instala-se, então, o sujeito falante com acesso aos signos e às maneiras distintas de percebê-los (variáveis relacionadas às condições de produção e recepção dos discursos), e os jornais compõem o patrimônio cultural da Região sob o formato de acontecimentos discursivos, objetos de observação valiosos na medida em que podem (re)estabelecer laços com o próprio sujeito (MENEZES e SANTOS, 2015, p. 30).

Citando Benveniste (1995, p. 289), “a instância do discurso é assim constitutiva de todas as coordenadas que definem o sujeito”, um sujeito que apresenta críticas ao pensamento liberal que se construía pelas ideias do Iluminismo, do maçonismo, do protestantismo. Dessa feita, o discurso estabelece-se como argumentativo na medida que visava, sobretudo combater, ou mesmo vencer, a onda progressista.

1.1 O Movimento Ultramontano no tempo e no espaço

De acordo com Koseleck (in: COELHO, 2016, p. 14), a história dos conceitos está ligada à história social e, por isso, as palavras devem ser analisadas dentro de contexto social e político e o homem, organizador do mundo, dá sentido às experiências, relacionando-as ao momento histórico-social, construindo a própria realidade. O termo ultramontanismo, literalmente, significa “além das montanhas” e refere-se ao movimento da igreja católica, no século XVII, que visava restaurar o vigor espiritual da igreja, barrar o racionalismo iluminista e restaurar o poder papal.

Nesse cenário, estabelece-se o conceito de ultramontanismo como movimento religioso que surge contra novas ideias, considerando Roma (região além dos Alpes) como

referência, objetivando restabelecer o poder do Papa, ao qual os poderes temporais deviam-se submeter; e bloquear o liberalismo e o racionalismo, porque buscavam descristianizar o mundo. (COELHO, 2016, p. 14). Especificamente, condenava o protestantismo, a maçonaria, e ultrapassou fronteiras pelo trabalho das ordens religiosas. D. Viçoso, nomeado por Dom Pedro II para o bispado de Mariana em 1844, fez prosperar a dinâmica ultramontana na segunda metade do século XIX, quando os ultramontanos começaram a agir no Brasil, fundando as bases que se efetivaram em vozes de insatisfação com a intervenção governamental nos assuntos religiosos (CALDEIRA, 2005; AZEVEDO, 1988).

Benveniste (1995) afirma que a enunciação é a instância do ego, *hic et nunc*; o “eu” é instaurado no ato de dizer e o “aqui” e o “agora” se fazem presentes nesta instauração. Assume-se que o “eu” assimila determinados códigos, valores e discursos presentes no grupo social e, em contrapartida, contribui para a construção desse, porque os indivíduos não se encontram isolados, mas influenciados pelo meio social em que vivem. (COELHO, 2016). Assim, a posição do indivíduo e o grupo social podem ser desenhados e definidos pela construção discursiva e o discurso pode ser utilizado como legitimador do pensamento ultramontano, uma vez que persuasivo e definidor da mensagem como oficial. Melhor dizendo, a ação discursiva estabelece a possibilidade de recuperar a história, buscando-se perceber com qual função social foi construída. Considerando o pensamento de Orlandi (1996, p. 99), na língua, o social e o histórico coincidem, uma vez que é fato social “no qual entram o caráter de processo, a intervenção da memória, a relativa estabilidade do sistema e das funções sociais e normas de comportamento”. Portanto, pode-se afirmar que os textos do Jornal “O Bom Ladrão” revelam o universo das ideias ultramontanas, que buscam recuperar as ideias trentinas, em analogia ao sujeito enunciador revelar o homem, ser histórico-social.

2 O DISCURSO ULTRAMONTANO NO JORNAL “O BOM LADRÃO”

De acordo com os estudos empreendidos, são apresentadas as análises⁶:

2.1 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1):

*Do Pará ao Rio Grande sustentaes gloriosamente a causa da verdade, e os direitos de Deos, hoje mais que nunca **atropelados** pela impiedade. Vos haveis despertado o espírito de fé, que **jazia** adormecido nos corações brasileiros: vós na **vanguarda** do momento religioso **bateis** com galhardia os **invasores** dos nossos mais preciosos **thesouros**. Muitissimo vos **deve** a*

⁶ Estas análises são parte de um conjunto maior, que não pôde, devido ao espaço, ser apresentado na sua integralidade

Religião, muitíssimo vos deve o Povo de St. Cruz. Salve pois, ó Apostolo, decano da imprensa catholica do Brasil, ao qual mais do que a todos os outros, deve a Provincia de Minas insignes benefícios.

Neste trecho, a abertura da primeira edição do jornal, nota-se que já se anunciam as dificuldades da Igreja, uma vez que se apresenta contexto de belicosidade em que há necessidade de luta, pois os direitos de Deus são *atropelados pela impiedade*. Confirme-se com as palavras destacadas, pertencentes ao domínio semântico de “luta”, ou imbricadas nesse universo. O destaque é dado à omissão do referente sujeito da forma verbal *sustentaes*, provocando suspense só desfeito no final do parágrafo com o esclarecimento do tema, no caso O Apóstolo, periódico católico de circulação nacional editado entre 1866 e 1893.

Veja-se que a maioria dos verbos está flexionada na 2PP, com exceção da locução *jazia adormecido*, 3PS, uma vez que tem como sujeito o relativo *que* retomando *espírito de fé*; e *deve* com sujeito *a religião*, o *Povo de St. Cruz* e *a Provincia de Minas*, respectivamente, em suas três ocorrências. É importante ressaltar que a voz presente no texto aparece não nas flexões número-pessoais dos verbos, mas na ocorrência do pronome *nosso* em que se percebe a presença do discurso do redator, religioso católico, defendendo e elogiando aquele que defende com galhardia os tesouros da Igreja, ou seja, os ideais aos quais estão submetidos e pelos quais devem lutar.

2.2 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1):

Assim possas derrama-los ainda largos annos sobre nós, e colher cada vez maiores tropheos de nossos adversarios. (§2) Salve, ó Boa Nova, que sempre a braços com astutos inimigos tens sustentado tão gloriosa lucta, sem ceder um ponto, antes ganhando sempre novas victorias. (§3) Saudamos não menos reconhecidos a Tribuna Catholica a Chronica Religiosa e todos os periodicos, que em qualquer ponto de nossa terra se consagrarão á defesa dos sãos principios do catholicismo. (§4)

Neste trecho, o universo de belicosidade e os elogios à resistência se mantêm ainda percebidos pela seleção vocabular (*tropheos, adversarios, astutos, inimigos, lucta, ceder, ganhando, victorias, defesa*). Da mesma forma, o elogio ao papel dos periódicos combatentes dos adversários, incluindo-se o jornal pernambucano “União”, referido como *Imprensa Martyr*, é construído. Neste espaço, comprovam-se os elementos que se referem à Questão Religiosa, conflito entre a Igreja e o Estado resultando na prisão de dois bispos, o de Pernambuco e o do Pará (D. Macedo Costa e D. Vital Maria Gonçalves). Ferrenhamente

defendidos pela imprensa católica, condenavam o que chamavam de “ideias satânicas” presentes nos pensamentos vinculados às ideias liberais.

Percebe-se a defesa assumida pelo enunciador, mesmo não se apresentando em voz na maioria das seleções argumentais do verbo. A única ocorrência se faz na forma verbal *Saudamos* que tem como sujeito *nós*. O chamado plural de modéstia possibilita o uso da 1PP⁷ mostrando o apagamento da 1PS. O *nós* sujeito dessa forma verbal não corresponde ao *nós* usado em interações comunicativas comuns, nas quais se inclui o falante, mas relaciona-se à ampliação do conceito chegando-se ao universo circunscrito da religiosidade, da igreja, do posicionamento católico acerca das questões apresentadas. Confirma-se com Maingueneau (2013, p.104): (...) “que toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito para além do texto”. No caso, especificamente, toda extensão do pensamento da doutrina católica, em expansão da pessoa estrita, “de uma forma geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O nós não é uma coleção eu...” (BENVENISTE, apud MAINGUENEAU, 2013, p.152).

2.3 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1)

*Salve pois, União gloriosa, a primeira folha, que no solo americano teve a dita de sofrer pela verdade o que sofrerão, e sofrem os homens mimosos de Jesus Christo. Tu nos serves de espelho, em que **vejamos** a liberdade, que **podemos esperar** dos chamados campeões da liberdade, e da tolerância humanitaria do mui tolerante maçonismo. (§ 6)*

No trecho, mantém-se o discurso animoso contrário ao inimigo e defensor da igreja e da religiosidade como estava estabelecida. Agora sofrendo ataques dos inimigos que, até o momento, não estavam referencialmente desenhados. A mudança é percebida, inicialmente, pela pessoa gramatical da forma verbal *serves, Tu*. O uso da 2PS está relacionada à maior aproximação dos enunciadores, ou seja, quebram-se barreiras formais de cerimônia e chega-se mais perto, com intimidade, do interlocutor. Há, concomitantemente, a maior presença daquele *nós* referido no item anterior. O *nós* impessoal se faz mais produtivo na seleção argumental de mais verbos, o que se pode supor denúncia de mais presença do *eu*, uma vez

⁷ Apesar de o processo de gramaticalização da forma “a gente” em substituição da forma pronominal “nós” se iniciar no século XVI (passando de nome coletivo para pronome indefinido), o processo só ganhou força na segunda metade do século XX, pelo uso dos mais jovens. In: ZILLES (2007). Registre-se que a referida forma em processo de gramaticalização não apareceu nos textos analisados.

que se faz com mais veemência o *nós*, em estreitamento da relação com o outro, antes *vós* agora *tu*. Vejam-se os sujeitos das formas verbais destacadas.

Por sua vez, *soffrerão* e *sofrem* selecionam o sujeito gramatical de 3PP posposto a elas, *os homens mimosos de Jesus Christo*, podem levar à possível generalização e à ampliação do conteúdo significativo. Isso porque, conforme a percepção no português brasileiro, não há a confirmação de que o falante considera o termo posposto ao verbo como sujeito⁸. A leitura primeira é de que ocorre uma imprecisão na seleção argumental do verbo, uma vez que o sujeito não estaria lexicalizado, levando à generalização e, portanto, mais ampliação dos que estão inseridos no seu universo semântico – aqueles que sofrem pelos ataques realizados contra a igreja.

2.4 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1)

Vós todos, ó infatigáveis lidadores, recebi nossos emboras pelo bem que haveis desempenhado vossa missão gloriosa. Seguindo vossos passos entra hoje na arena o - BOM LADRÃO – com iguaes desejos, ainda que com forças desiguaes. Militando debaixo do mesmo estandarte, e aproveitando de vossas luzes e trabalhos, com o auxilio do Autor de todo o bem nos prometemos fazer algum aos nossos benevolos leitores, e a esta querida Provincia, que nos vio nascer. (§ 7)

O “clima” de animosidade se mantém inalterado (vejam-se os destaques.) na apresentação das propostas do jornal. A escolha argumental do verbo entrar, na forma *entra*, seleciona o BOM LADRÃO, em localização posposta, em construção ativa. Além de agente, o sujeito é contextualizado em espaço da luta em momento histórico, porque ele *entra hoje na arena*, e confirma-se o combate aos adversários. A presença do enunciador se faz no sujeito não lexicalizado da construção verbal *prometemos fazer*. A presença repetida do “nós” em generalização está relacionada ao discurso religioso organizado como ideal estabelecido pela igreja. A forma verbal denota compromisso assumido em relação a este ideal, ao conjunto de regras ao qual se deveria submeter.

2.5 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1)

A mais palpitante necessidade de nosso tempo è sem nenhuma duvida a difusão do ensino religioso pelas diversas classes da sociedade. Ainda que todos se ressintão desta falta, onde se mostra mais nociva a ignorância dos nossos dogmas, parece incrível, é nos que presumem

⁸ Vejam-se as pesquisas de Bagno, Bortoni-Ricardo e Scherr que tratam da percepção que o falante tem do termo sintático sujeito, contrariando o estabelecido pela Gramática Tradicional ou pela Nomenclatura Gramatical Brasileira. In: HAMDAN, Laila. Relatório de conclusão de estágio pós-doutoral. UFOP, 2017, p.46.

*de mais entendidos. O povo sofre, é verdade, á mingoa de conhecimentos, que lhe mostrem o caminho da verdadeira felicidade; mas o povo simples, e ainda não estragado pela torrente da impiedade, conserva aquele bom senso, filho da fé catholica, que o preserva de inúmeros precipícios. Mas de certa classe para cima, estragados pelas ruins leituras, eivados de uma grande dose de racionalismo, os homens, em grande parte, de catholicos só conservão o nome e o exterior, sendo na realidade verdadeiros protestantes. (p.1§ 8) Que outra cousa é senão protestante essa liberdade de chamar ao exame da propria razão os dogmas revelados, e admitir os que bem lhes parece, e rejeitar os que não lhes faz conta? (p.1§ 8) Assim vemos todos os dias **discutir** o que a Igreja definio, **argumentar** a torto e a direito, e por fim **perceber** algumas verdades, e outras **deixar** de parte, como se fossem drogas do comercio. (p.1§ 8) Ora isto não é Catholicismo, o qual não existe sem fé, ou adesão firme a quanto Jesus Christo revelou, e a Igreja ensina. (p.1§ 8) Partir os dogmas, e descerni-los á propria é destruir o fundamento da Religião, e renegar os foros de catholico. (§ 8)*

Considera-se o distante dos dogmas da igreja como aquele que pensa ser mais entendido (mas não o é! Veja-se a forma verbal *presumir*). Aqui, destaque-se o sentido e a pessoa do verbo: há a seleção argumental de seu sujeito, o relativo “que” em retomada ao pronome “aqueles”, lexicalizado em “nos”⁹. Note-se que o sintagma assim construído participa de função sintática adverbial relacionada ao lugar, lugar *onde se mostra mais nociva a ignorancia dos nossos dogmas*. E mais especificamente, este lugar se mostra organizado com forma verbal de operação lógica. Trazendo Benveniste (1995), são verbos que, com a mudança de pessoa, têm uma atitude indicada, não uma operação descrita, meramente gramatical e indicativa de um referente retomado por um nome/pronome. Esses verbos trazem a subjetividade na asserção que se segue, mesmo não fazendo parte da enunciação subjetiva, confirmando-se por oposição à pessoa do eu locutor: “a forma ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por ‘eu’”. (op. cit. p. 292) Assim, o sintagma seguinte, “de mais entendidos”, é precisamente a expressão do conteúdo verbal. O sujeito enunciador descreve, mas o sujeito da forma verbal assume um compromisso, tem uma postura diante do que é anunciado, comprovando que “Muitas noções na linguística, e talvez mesmo na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecemos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística.” (BENVENISTE, 1995, p. 293)

Ainda na esteira da reflexão acerca do estabelecimento do sujeito enunciador e considerando a seleção argumental do verbo, sua predicação relativamente ao argumento sujeito, no trecho, existem trinta e cinco formas verbais. Nota-se o destaque quantitativo para

⁹ É importante destacar que os artigos definidos têm a função imanente de mostrar, podendo-se afirmar, por isso, sua aproximação com os demonstrativos. No caso específico “nos” = em os = em aqueles.

a terceira pessoa: dezessete formas de 3PS e cinco de 3PP; além das formas nominais, de terceira pessoa, uma vez que não marcadas por desinências número-pessoais. “A terceira pessoa é a não-pessoa” (BENVENISTE, 1995, p. 283), uma vez que, é preciso ter no espírito que a ‘terceira pessoa’ é a forma do paradigma verbal (ou pronominal) que não remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação. Entretanto existe e só se caracteriza por oposição à pessoa eu do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não-pessoa’.

Em contrapartida, a única forma verbal que escapa da configuração anterior é ‘vemos’, com seleção argumental para ‘nós’ como argumento sujeito. Além do anteriormente tratado, há que se observar sua função de, abusando da metáfora, ‘divisor de águas’ na organização parágrafo. Numa linha argumentativa, pode-se atribuir aos ditos antes de *vemos* como constatações, ou mesmo causas, do que se apresenta depois, as ‘terríveis’ consequências das ideias modernas (pouca valorização do ensino da religião, a ausência da piedade), como posicionamento do sujeito enunciador. A impessoalidade anterior se desfaz na presença de afirmações categóricas do sujeito ‘nós’, em movimento enunciativo que traz o que se segue como problemas da realidade inadequada ao ideal preconizado pela doutrina católica. A forma verbal também seleciona os argumentos complementos apresentados em série de orações reduzidas (*discutir, argumentar, perceber, deixar*).

2.6 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 1)

*Toda essa aluvião de erros que fervem nas folhas, nas praças, nas tavernas, nos hotéis, é filha da ignorancia crassa de nossos dogmas e do ensino catholico (...). **Espanta como neste seculo chamado das luzes os homens possuem devorar tão volumosas contradicções.** (§ 9)*

A forma ‘fervem’ pelo sentido e pela seleção do argumento sujeito contribui para a crítica em construção, uma vez que retoma o sujeito, lexicalizado no relativo ‘que’ – ‘erros’: há muitos, são numerosos e amontoam-se. Outro ponto constrói-se na ordem dos termos argumentais. O argumento sujeito da forma verbal ‘espanta’, em destaque, posposto, acentua o conteúdo informativo do verbo ao enunciador que não é o sujeito gramatical da forma verbal, mas aquele que assume a posição de espantado com algo. Repare-se que as funções sintáticas não se estabelecem tradicionalmente, uma vez que o sujeito sintático é, na verdade, o objeto do espanto na realidade comunicada; o agente do processo verbal é o sujeito que fica espantado e que, por sua vez, não é o sujeito sintático. Efeito discursivo alcançado por

denúncia do sujeito enunciador de seu posicionamento acerca do que se expressa, sem neutralidade, com parcialidade e subjetividade.

2.7 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 2)

Morte horrenda de um impio

(...) Dizem que mais que Sexta feira da paixão deste anno **declarára** alto e bom som que se regalaria de comer carne nesse dia. Mesquinho! acabou miseravelmente. Cahio em uma caldeira de cerveja e pellou-se de maneira medonha, morrendo tres dias depois entre atrozes sofrimentos. (§ 11)

O verbo “declarar” faz com que o interlocutor se presentifique no texto, mas a voz continua sendo o próprio redador, caracterizando o discurso indireto. Conforme Garcia (1997, p. 130-131), “No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a elas atribuído.” Interessantemente, a opção para a forma do discurso indireto traz ao texto a força argumentativa do próprio verbo ‘declarar’ associada à possibilidade da administração da voz do interlocutor. Assim, o locutor assume mais responsabilidade sobre o discurso do interlocutor, porque, mesmo não envolvendo citação literal do que ele diz, constrói-se uma paráfrase informada pelo enunciador como sendo do outro. O verbo dicendi funciona dentro de um discurso específico inserido em oração principal e tendo como subordinadas partes do enunciado com palavras do próprio locutor ou de quem ele traz à voz. Então, servindo-se ao relato da atitude que levou à *morte horrenda de um impio*.

2.8 (01-10-1873 / Ano 1, N 1, pág. 2)

(...)Sou catholico e Apostolico Romano. Não sou Maçon, e nem o serei, emquanto estiver persuadido, como estou, de que não se pode ser Maçon e Catholico ao mesmo tempo. (§18). Apesar de liberal desde a minha juventude, o liberal que nunca transigio, sou também Jesuita, Jesuita de batina, e muito obediente á Curia Romana. (§ 20)

O trecho é uma resposta à publicação do jornal Reforma onde se marca o pároco Mossenhor Felicissimo como maçom, o que ele nega. Em arremate, confirma sua submissão e obediência aos preceitos ditados por Roma. Cumpre destacar a ocorrência com o verbo ‘ser’, não avaliando a discussão sobre ser predicador ou copulativo; interessa, neste espaço, a ocorrência como transpositor, uma vez que o processo traz potencialidades expressivas e valores que superam a linearidade e alcançam a realidade, o enunciador e o discurso. São palavras de Azeredo (1995, p. 45-70), “A transposição é um mecanismo que compensa a

rigidez da estrutura sintagmática, (...) É, portanto, um mecanismo que expande infinitamente os enunciados.”

Assim, por meio de ‘sou’, há a transposição de ‘jesuita, jesuita de batina’ para a categoria de elemento predicador (predicativo do sujeito), tornando-a posição do enunciador, Monsenhor Felicissimo. Destaque-se que, ao se referir como liberal, há a omissão do verbo, ‘Apesar de [ser] liberal’, o que avulta a presença em ‘sou jesuíta, jesuita de batina’, instaurando-se sua equivalência total ao sujeito, mesmo que não lexicalizado, ‘eu’. Benveniste (1989, p.122) comenta: (...) “a transposição Pierre est un bon marcheur elimina qualquer emprego de circunstância: predica-se assim como propriedade de Pierre a capacidade de andar bem, entendida exclusivamente como a capacidade de andar por muito tempo sem cansaço, fora de qualquer contexto de situação”, e, assim, a construção transposta também pode ser percebida.

2.9 (01-10-1873 / Ano 1, N. 1, pág. 3)

(...); *quando ouvimos retinir os ares com essa grita dissonante. Que nos trapassa o coração de maior dôr: _ separação completa da Igreja, e do Estado – casamento civil – passaportes ao Internuncio – em uma palavra nada de religião, completa independência de Deus ! Quando ouvimos estas afrontas irrogadas á face da Igreja, não podemos, Exm. Senr. , declinar de nós o imperioso e sagrado dever de vir publicamente depositar nas unguidas mãos de V. Exc^a este humilde protesto de nossa firme adesão, e inteira obediência á pastoral autoridade de que estaes revestidos. (§23)*

*Sacerdotes, e cooperadores vosso no importantissimo ministerio da salvação das almas, faltariamos á aquella submissão, e obediência que vos prometemos no acto da nossa ordenação, e que desejamos manter até á morte senão vos viessemos dizer agora, como já fez o generoso Clero fluminense á seo illustre Prelado: = **fallai** e **sereis** ouvido ; **mandai** e **sereis** obedecido. (§ 24)*

Tem-se um posicionamento assinado por religiosos (cf. imagem 11), sobre valores do catolicismo. O posicionamento é desenvolvido ao longo do texto, mas está, em linhas gerais, formatado aqui. Relativamente à seleção argumental dos verbos, presentificam-se os signatários do documento nas formas da desinência número-pessoal indicativa da 1PP, “nós”, como a mais produtiva. Nesse espaço, torna-se importante trazer o conceito de embreagem enunciativa de Maingueneau (2013, p. 129-130),

Chama-se embreagem o conjunto de operações pelas quais um enunciado se ancora na sua situação de enunciação, e embreantes (também chamados de “elementos dêiticos”), os elementos que no enunciado marcam essa embreagem. São embreantes de pessoa: os tradicionais “pronomes” pessoais de primeira e segunda pessoas: eu, tu/você, nós, vós/vocês;(...)

As pessoas verbais, lexicalizadas ou não, afastam-se do ‘nós’ como sujeito coletivo compacto, a pessoa amplificada e difusa (Benveniste, 1995), mas aparece agora como soma de indivíduos, a pluralidade de enunciadores. Maingueneau (2013, p. 150), afirma que a interpretação dos embreantes de pessoa é indissociável da cena de enunciação de cada texto, e as identidades são mostradas por meio do ‘nós’, comprovando a relação entre seu emprego e a cenografia, uma vez que participantes convictos do mundo evocado pelo texto, onde se vê a dor no coração concretizar-se devido ao descaso (ou abandono) por valores fundamentais aos católicos. Por isso, a reiteração do compromisso assumido, retomado na forma verbal ‘prometemos’, com a qual se assume um compromisso, com ‘nós’.

Nesse percurso, a presença das 2PP no fragmento final do trecho (destacadas) tem como argumento sujeito a segunda pessoa ‘vós’, duas em formas de imperativo tradicionais, porque a mais direta (em detrimento das perífrases, mais comuns no português brasileiro e, portanto, mais disponíveis no acervo linguístico do(s) enunciator(es)) para se referir à obediência e à submissão ao sujeito do enunciado: vós = ilustre prelado. O imperativo descreve a expressão na escrita sem diálogo, bastante apropriado, uma vez que não se instala a possibilidade, porque desnecessária, porque é definitiva a ordem recebida, sem qualquer questionamento.

Por fim, em ‘sereis’, ainda conservando a seleção do argumento sujeito ‘vós’, não lexicalizado, mas recuperado no texto em ‘illustre Prelado’, está no modo indicativo (definitivo, real) e no tempo futuro. Melhor dizendo, após a ordem imperativa do Prelado, todos o odedecerão, confirmando, de outra maneira a ideia, o posicionamento submisso e obediente à hierarquia católica.

2.10 (01-10-1873 / Ano 1, N. 2, pág. 1

O Brasil é catholico, o Brasil ama seos Prelados, o Brasil abomina essa impia seita, que a penas conta entre nós um pugilo de desvairados brasileiros, os quaes só fazem alarido por que se fião em um chefe maçon, sustentado pelo Imperador.

Homenageando João de Barros (HAMDAN, 2006, p. 68), observa-se relevância da presença de ‘é’. Para ele, o verbo ser é classificado com *sustantivo*, único caso por demonstrar o ser pessoal da cousa. Todos os demais são *aietivos*. Esta forma verbal, além do que já se apresentou acerca de sua função de transpositor, carrega a substância, a essência da existência, portanto, o amálgama entre ‘o Brasil’ e ‘catholico’. E a forma ‘ama’, *aietivo*, como todos os outros verbos, representa a ideia de ‘ser amante’. Por final, em antítese, aparece

‘abomina’ que seleciona o argumento complemento ‘seita’, elucidada em seus participantes, coerentemente, com os sentidos trazidos no parágrafo anterior: ‘desvairados’, que não fazem parte daquela essência dos católicos.

2.11 (20-09-1874, N. 36, pág. 1)

Nós ultramonanos, jesuitas, e o mais que nos quizerem appellidar, alto e bom som declaramos que nada queremos com esse Deos que só tem vida no cerebro maçônico. (§ 14)

Veja-se a referência explícita ao ser ultramontano, seguidor e praticante das ideias de Jesus Cristo e, portanto, do catolicismo. As palavras ultramontanos e jesuítas estão destacadas pelo enunciador, ‘nós’, presente também no complemento verbal ‘nos’ e nas desinências número-pessoais dos verbos na seleção do argumento sujeito. As duas ocorrências do verbo ‘querer’ aparecem com sujeitos diferentes, que assumem desejos diferentes: a primeira ocorrência tem a possibilidade de equivalência a um sujeito indeterminado, uma vez que, apesar de sua abrangência ampla, recupera-se o termo por um coletivo, que designa um grupo, o grupo dos maçons (*atheos, taes amigos, patuscos maçons, ganganellicos escriptores*), todas com evocação negativa ou pejorativa.

Em oposição, a seleção do argumento sujeito da segunda ocorrência de querer, ‘queremos’, pode ser recuperada em elementos bastante próximos: Nós ultramontanos, jesuítas, além do propiciado pela desinência número-pessoal, –mos. Claramente estabelecidos, mostram-se em lados divergentes e contrapostos. Aquele com um Deus de existência reduzida: apenas no cérebro maçônico, limitado e questionável. Soma-se, à ocorrência, *declarar*, consubstanciando a posição do enunciador, que assume o discurso do interlocutor, ou seja, a construção em discurso indireto, com verbo dicendi (RODRIGUES, 2017); o enunciador reproduzindo o discurso do enunciatário com as próprias palavras. “No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a elas atribuído.” (GARCIA, 1997, p. 131). Aqui as palavras, as ideias e o discurso são do enunciador, uma vez que amalgamados no texto, carregados de subjetividade, constituindo marca linguística para trilhar a ideologia subjacente, manifestando a visão de mundo do sujeito do discurso.

2.12 (20-09-1874 / N. 36, p. 2)

Os racionalistas dividem a Deos pelo meio; tomao o que tem de misericordioso, e rejeitão o que tem de justo, e recto: e por que nós cremos e creremos em sua justiça tanto como em sua

misericórdia, e por que aquella tememos, e nesta confiamos, sacão-nos que fingimos um Deus iracundo, rancoroso, e não sei que mais. (§ 18)

A primeira pessoa expressa nas formas verbais destacadas mostra-se decidida e determinada em seu posicionamento presente e futuro. Marcadamente, o verbo *crer* no presente do indicativo e no futuro do mesmo modo traduz a certeza do enunciador diante do enunciado proferido. O modo, elementarmente, mostra a posição do falante acerca de sua expressão, e o indicativo traz a crença na verdade do enunciado. Somado ao modo, considere-se relevante a noção de tempo e aspecto, uma vez que, citando Vargas (2011, p. 18), “contribuem para essa construção do sentido dos textos e o quanto refletem a intenção do sujeito que as seleciona para comunicar-se.”

Mesmo não separados em sua expressão formal, o tempo e o aspecto são relevantes para a construção enunciativa. O tempo indica o momento em que ocorre a situação e é uma categoria dêitica, uma vez que estabelece conexões com passado, presente e futuro; e o aspecto se refere à situação em si, à duração, à qualidade que se dá ao tempo. “O tempo é um TEMPO externo à situação e o aspecto é um TEMPO interno à situação. (...) o chamado fenômeno da aspectualidade está, sem dúvida, ligado a tudo o que envolve o sujeito/enunciador na prática da linguagem.” (VARGAS, 2011, p. 28 - 35).

As formas verbais em 1PP (em destaque) trazem precisamente a noção aspectual de duração, porque expressam o desenvolvimento/prolongamento do processo e o seu não encerramento, uma vez que se manterão na realidade construída *ad eternum*, sem qualquer alteração. A mudança de presente para o futuro em “cremos e creremos” transmite a mesma ideia, uma vez que se refere ao hoje e ao amanhã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu analisar o discurso ultramontano no jornal ‘O Bom Ladrão’. A questão primeira consistiu em responder se este discurso se fez presente nos textos analisados. A resposta é positiva, uma vez que se fizeram recorrentes as manifestações discursivas desse ideário, sobretudo relacionadas à hierarquia eclesiástica, à centralidade de Roma e à supremacia do Papa acerca das decisões de cunho religioso e às quais todos deveriam se submeter; o combate ao racionalismo, ao maçonismo, ao protestantismo, ao Iluminismo.

Os exemplos trazidos para análise discutiram os pontos considerados em relação à organização discursiva, enfocados a partir da predicação verbal, da seleção argumentativa do verbo. Conforme já marcado, a palavra, por excelência por sua complexidade nas relações

linguístico-discursivas que constrói, se faz rica em respostas aos objetivos. Assim, foram feitas suposições sustentadas por uma argumentação baseada em estudos sobre o discurso e a linguagem, o que trouxe pluralidade à discussão empreendida.

Registre-se que os objetivos foram alcançados, uma vez que se identificou a presença das ideias ultramontanas no espaço discursivo analisado, confirmando Mariana como lócus privilegiado de irradiação dessas ideias a partir do jornal “O Bom Ladrão”. Imanente a essa observação, considerou-se o papel discursivo dos verbos no estabelecimento das relações predicativas, a percepção homem, ser histórico-social e discursivo por meio de suas práticas languageiras e identitárias, elaborando a memória cultural e discursiva. Comprovou-se que os estudos discursivos incorporam e trazem para si o olhar do espaço e do tempo em que se constituíram como práticas discursivas, constituindo o discurso do ultramontanismo, permitidas em trajetos elaborados pela linguagem, fundamentalmente pelos verbos. No estabelecimento do discurso ultramontano, está um sujeito que apresenta críticas ao pensamento liberal construído no iluminismo, no maçonismo, no protestantismo.

Alguns pontos foram construídos, algumas questões respondidas, outras retomadas, reiteradamente, principalmente as imbricadas em questões de linguagem, uma vez que mais que expressão, mais que comunicação. Em sintonia, vejam-se as palavras de Charaudeau (2009, p. 55): “não há saber de língua que não seja saber de discurso”; isso porque,

A palavra não foi feita para enfeitar,
brilhar como ouro falso. A palavra foi
feita para dizer.

Graciliano Ramos

Recebido em: dezembro de 2017

Aprovado em: maio de 2018

lailaham@me.com

[DOI: 10.26512/les.v19i1.10876](https://doi.org/10.26512/les.v19i1.10876)

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

AZEVEDO, Ferdinand de. **A inesperada trajetória do ultramontanismo no Brasil Império**. Revista Perspectiva Teológica, nº 20, 1988, p. 201-218

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **O influxo ultramontano no Brasil e o pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira**. Dissertação de Mestrado, UFJf, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispos de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2016.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. (2007) Disponível em

<http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf>. Acesso em 02-01-2016

HAMDAN, Laila. A transitividade verbal: uma revisão semântico-pragmática. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Rio de Janeiro, 2006.

HAMDAN, Laila. **Relatório de conclusão de estágio pós-doutoral**. UFOP, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013

MENEZES, William Augusto; SANTOS, Simone de Paula (org.). **Discurso, Identidade, Memória**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2015.

MUZZI, Karla Perim. **Memória e produção discursiva do sentido: a mulher-professora em foco nos jogos enunciativos**. (2011) Disponível em <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/download/1749/1318>. Acesso em 02-01-2016

OLIVEIRA, Luciano Conrado; MARTINS, Karla Denise. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 11, n. 2, p. 259-269, jul./dez. 2011

ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento**. 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1996

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** São Paulo: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, Ernerto Carneiro. **Seroes Grammaticaes**. 6ª ed. Salvador: Livraria Progresso, 1955.

RODRIGUES, Tania. **Funções linguísticas dos verbos dicendi**. Disponível em http://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/04_3.pdf. Acesso em 19-07-2017.

VARGAS, Maria Valéria. Verbo e práticas discursivas. São Paulo: Contexto, 2011.

ZILLES, Ana Maria S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de “a gente”? **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n.2, p. 27-44, junho 2007.